

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		215.708,03	258.755,43
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2.378,56	2.343,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		218.086,59	261.098,99
Activo corrente			
Inventários		2.647,26	2.824,98
Créditos a receber		65,62	2,00
Estado e outros entes públicos		2.010,87	2.201,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		6.152,65	6.600,02
Outros ativos correntes		249.227,26	16.235,58
Caixa e depósitos bancários		333.465,46	239.888,96
		593.569,12	267.752,65
Total do ativo		811.655,71	528.851,64
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		131.007,04	131.007,04
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		155.837,20	180.353,44
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		375.373,40	153.392,12
		662.217,64	464.752,60
Resultado líquido do período		52.847,31	-24.516,24
Total dos fundos patrimoniais		715.064,95	440.236,36
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		17.633,18	12.453,15
Estado e outros entes públicos		9.741,56	8.207,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		69.216,02	67.954,15
		96.590,76	88.615,28
Total do passivo		96.590,76	88.615,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		811.655,71	528.851,64

CARITAS DA PARÓQUIA DE QUEIRIGA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501383867

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		700.722,58	572.223,62
Subsídios, doações e legados à exploração		17.076,96	14.063,30
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		93.017,43	84.723,95
Fornecimentos e serviços externos		114.065,86	105.729,65
Gastos com o pessoal		438.075,50	398.895,64
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		20.029,99	19.530,19
Outros gastos		397,17	234,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		92.273,57	16.233,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		44.442,93	43.860,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47.830,64	-27.626,83
Juros e rendimentos similares obtidos		5.016,67	3.110,59
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		52.847,31	-24.516,24
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		52.847,31	-24.516,24

Cáritas da Paróquia de Queiriga

Morada: Av. Cimo do Souto

3650-051 Queiriga

NIPC: 501 383 867

Conselho Fiscal



-----**Ata número um/dois mil e vinte e seis**-----

-----Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária, na sua sede, pelas dezanove horas, o Conselho Fiscal da **Cáritas da Paróquia de Queiriga**, NIPC 501.383.867, freguesia de Queiriga, concelho de Vila Nova de Paiva. -----

-----A reunião tinha por ponto único da ordem de trabalhos a emissão de parecer sobre as contas do exercício de dois mil e vinte e cinco. -----

-----Foi analisado o relatório de contas de gerência do exercício de dois mil e vinte e cinco, que globalmente apresentam os seguintes valores: -----

-----TOTAL DE RENDIMENTOS: 742.846,20€ (setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e seis euros e vinte cêntimos); -----

-----TOTAL DE GASTOS: 689.998,89€ (seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito euros e oitenta e nove cêntimos); -----

-----RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO, saldo credor, 52.847,31€ (cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e sete euros e trinta e um cêntimos); -----

-----Foi vista e encontrada em devida ordem toda a Contabilidade e os documentos devidamente organizados e arquivados pelo que merecem total credibilidade os elementos apresentados. Assim o Conselho Fiscal entende, por unanimidade, que as referidas contas merecem aprovação. -----

-----Foi analisada a proposta da Direção quanto à transferência do saldo obtido na conta de gerência para resultados transitados, que assim passariam a apresentar, após essa transferência, um saldo credor de 208.684,51€ (duzentos e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos). -----

-----Não havendo nada a opor por este Conselho Fiscal, também é aprovada a proposta por unanimidade. -----

-----E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos presentes. -----

Presidente: Manuel Pereira FerreiraSecretário: Armindo Borges HouzerVogal: Augusto de Almeida Marques

CARITAS DA PARÓQUIA DE QUEIRIGA

Anexo Ano 2025

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Ativos Intangíveis	9
6	Custos de Empréstimos Obtidos	9
7	Inventários	9
8	Rendimentos e gastos	9
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	10
10	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	10
11	Instrumentos financeiros	11
12	Benefícios dos empregados	11
13	Acontecimentos após a data do balanço	11
14	Agricultura.....	11
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
16	Outras divulgações.....	12
16.1	Investimentos Financeiros	12
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12
	Não existem registos.	12
16.3	Clientes e Utentes	12
16.4	Outras contas a receber	13
16.5	Diferimentos	13
16.6	Outros Ativos Financeiros	13
16.7	Caixa e Depósitos Bancários	13
16.8	Fundos Patrimoniais.....	13
16.9	Fornecedores	14
16.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
16.11	Outras Contas a Pagar.....	14

Handwritten signature

16.12 Outros Passivos Financeiros.....	14
16.13 Subsídios, doações e legados à exploração	15
16.14 Fornecimentos e serviços externos	15
16.15 Outros rendimentos.....	15
16.16 Outros gastos	15
16.17 Resultados Financeiros	16
16.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A “CARITAS DA PARÓQUIA DE QUEIRIGA” é uma IPSS, constituída 1981, tem sede na Av. Cimo do Souto, 3650-051 Queiriga, exercendo a atividade de Ação Social para pessoas idosas, com o CAE principal 87301 e CAE secundário 88101 (apoio social a idosos com e sem alojamento) com o número de identificação fiscal 501383867.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação

constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Todas as quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

3.2.2 Ativos Intangíveis

A entidade não possui ativos intangíveis.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

A entidade não possui este tipo de bens.

3.2.5 Propriedades de Investimento

A entidade não possui propriedades de investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Referem-se a participações sociais e Fundos de Compensação.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo valor nominal.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Não houve situações suscetíveis de justificar a constituição de qualquer provisão.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

A entidade não tem qualquer empréstimo contraído nem contrato de locação financeira.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Total	1 259 848,26	1 395,53	0,00	0,00	0,00	1 261 243,79
Depreciações acumuladas						
Total	1 001 092,83	44 442,93	0,00	0,00	0,00	1 045 535,76

5 Ativos Intangíveis

A entidade não possui ativos fixos intangíveis.

6 Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade não possui empréstimos obtidos, por isso não tem custos desta natureza.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 010,03	84 538,90	0,00	2 824,98	92 839,71	0,00	2 647,26
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	3 010,03	87 538,90	0,00	2 824,98	92 839,71	0,00	2 647,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				84 723,95			93 017,43
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rendimentos e gastos

Não há acréscimos e ou diferimentos de rendimentos.

Quanto aos gastos, há o reconhecimento de gastos a reconhecer (por exemplo seguros) e o acréscimo de gastos (como por exemplo gastos com eletricidade e estimativa de férias e subsídios de férias).

Os rendimentos da entidade foram:

Descrição	2024	2025
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	572 223,62	700 722,58
A particulares	307.993,95	362 113,45
E entidades públicas	263.594,17	337 998,63
Quotas e joias	635,50	610,50
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Subsídios, doações e legados à exploração	14 063,30	17 076,96
Outros rendimentos	19 530,19	20 029,99
Juros	3.110,59	5 016,67
Royalties		
Dividendos		
Total	608 927,70	742 846,20

Alguns destes rendimentos estão mais discriminados em outros pontos, assim como os gastos suportados.

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não houve situações suscetíveis de justificar a constituição de qualquer provisão.

10 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios à exploração		
Subsídios de Entidades Públicas		
Entidades	2024	2025
IEFP	11.247,51	14 141,97
Outras entidades (autarquias)		250,00
Total	11.247,51	14 391,97

Subsídios ao Investimento				
Entidade	Saldo início 2025	Reforço do ano	Imputação no ano 2025 (conta 7883)	Saldo no final de 2025
PIDDAC (obras)	133 392,12		12 871,42	120 520,70
Outros (viatura)	20 000,00		5 000,00	15 000,00
PRR-RE-C03-101-15-000145	0	239 852,70		239 852,70
Total	155 392,12	239 852,70	17 871,42	375 373,40

11 Instrumentos financeiros

As diferentes dívidas da instituição, saldos do caixa, depósitos bancários e diferimentos são divulgados na nota 16.

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2025, foram, respetivamente “6” e “7”. Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de “22” e em 31/12/2025 foi de “24”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	327.318,44	358.198,05
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	66.599,99	72.059,75
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.858,34	4.688,23
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	1.118,87	3.129,47
Total	398.895,64	438.075,30

13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos acontecimentos após a data do balanço passíveis de influenciar as contas do exercício.

De referir, no entanto, que no ano 2026 a Instituição irá realizar obras de Requalificação e Beneficiação das Instalações (ERPI) da Instituição (substituição de cobertura do edifício dos quartos, colocação de painéis fotovoltaicos, substituição da caldeira a gasóleo por bomba de calor, substituição da caixilharia e também substituição das lâmpadas por outras mais eficientes – tecnologia led). Estas obras foram objeto de uma candidatura já aprovada ao PRR.

14 Agricultura

A entidade não tem qualquer situação desta natureza.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2025
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	630,00	665,00
Outros investimentos financeiros	1 713,56	1 713,56
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2 343,56	2 378,56

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não existem registos.

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2025
Clientes e Utentes c/c (saldo devedor)		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	2,00	65,62
Clientes e Utentes c/c (saldo credor)		
Adiantamentos de clientes	395,00	907,12
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		

16.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2025
Remunerações a pagar ao pessoal		0,00
Adiantamentos ao pessoal	1 258,18	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos		0,00
Outras operações		0,00
Outros Devedores	14.977,40	249.227,26
Viatura Elétrica		7.500,00
Adiantamentos por conta utentes		1.874,56
PRR (eficiência energética)		239.852,70
Perdas por Imparidade		0,00
Total	16 235,58	249.227,26

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Gastos a Reconhecer		
	6.600,02	6.152,65
Total	6.600,02	6.152,65
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

16.6 Outros Ativos Financeiros

A entidade não possui outros ativos financeiros.

16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2025
Caixa	0,00	56,25
Depósitos à ordem	39.888,96	128.427,54
Depósitos a prazo	200.000,00	204.981,67
Outros		
Total	239 888.96	333.465,46

16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	131 007,04	0,00	0,00	131 007,04
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00

Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	180.353,44	0,00	24.516,24	155.837,20
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	153 392,12	239.852,70	17 871,42	375.373,40
Resultado líquido do período		52.847,31		52.847,31
Total	464.752,60	292.700,01	42.387,66	715.064,95

16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Fornecedores c/c	12.453,15	17.633,18
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	12.453,15	17.633,18

16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.201,11	2.010,87
Outros Impostos e Taxas	0,00	
Total	2.201,11	2.010,87
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.377,49	1.391,83
Segurança Social	6.830,49	8.349,73
Outros Impostos e Taxas	0,00	
Total	8.207,98	9.741,56

16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos	3 346,07	1 259,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos		55.829,99		62.960,94
Outros credores		7.124,09		5.347,96
Total	3 346,07	64 213,08	0,00	68.308,90

16.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem "Outros passivos financeiros".

16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2025
Subsídios do Estado e outros entes públicos	11.247,51	14.391,97
EFP		14.141,97
Autarquia		250,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças (em dinheiro)	2.815,79	2.684,99
Legados	0,00	0,00
Total	14.063,30	17.076,96

16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Subcontratos		
Serviços especializados	16.466,82	18.876,79
Materiais	4.193,05	3.808,46
Energia e fluidos	49.274,15	53.769,04
Deslocações, estadas e transportes	51,30	
Serviços diversos	35.744,33	37.611,57
dos quais encargos de saúde com utentes	14.275,00	15.558,00
Total	105.729,65	114.065,86

16.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares		0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,00
Recuperação de dívidas a receber		0,00
Ganhos em inventários		0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros		0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros		0,00
Outros rendimentos	19.530,19	20.029,99
Total	19.530,19	20.029,99

16.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Impostos	30,00	30,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	204,0	367,17
Total	234,00	397,17

16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2025
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.110,59	4.981,67
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	35,00
Total	0,00	5.016,67
Resultados Financeiros	3.110,59	5.016,67

16.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 23/02/2026 e pelo Conselho Fiscal em 23/02/2026.

Queiriga, 23 de Febrero de 2026

A Direção

Contabilista certificado

Cáritas da Paróquia da Queiriga

Relatório de Gestão e Contas – 2025

1. Introdução / Mensagem da Direção

A Cáritas da Paróquia da Queiriga é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), constituída em 1981, com sede na Avenida Cimo do Souto, 3650-051 Queiriga. A instituição desenvolve a sua atividade na área da ação social, com particular enfoque no apoio à população idosa, promovendo o bem-estar, a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes.

A Direção expressa o seu sincero agradecimento a todas as entidades que, ao longo do ano, colaboraram com a instituição e depositaram a sua confiança no trabalho desenvolvido. Este apoio constitui um importante incentivo para a prossecução da nossa missão.

A Direção manifesta igualmente o seu reconhecimento a todos os trabalhadores que, com profissionalismo, dedicação e espírito de missão, contribuíram para assegurar a qualidade dos serviços prestados aos idosos que diariamente recorrem à instituição.

2. Atividade Desenvolvida

Durante o ano de 2025, a instituição desenvolveu a sua atividade no âmbito das seguintes respostas sociais:

- ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.

Estas respostas sociais têm como principal objetivo assegurar apoio adequado à população idosa, promovendo condições de segurança, conforto e acompanhamento adequado às necessidades dos utentes.

No que respeita ao impacto social da atividade desenvolvida, registou-se uma média anual de 27,92 utentes na resposta social ERPI e de 26,58 utentes no Serviço de Apoio Domiciliário.

Para a concretização destas respostas sociais assume particular relevância o apoio da Segurança Social, no âmbito dos acordos de cooperação estabelecidos.

A maioria dos utentes da instituição reside na freguesia da Queiriga, sendo igualmente prestado apoio a utentes de freguesias vizinhas.

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name "Queiriga" and other illegible signatures.

3. Evolução da Atividade e Situação Financeira

No exercício de 2025, os rendimentos da instituição tiveram origem, essencialmente, nas comparticipações dos utentes, nos acordos de cooperação com a Segurança Social, em subsídios de entidades públicas e em donativos.

Principais rendimentos em 2025:

- Serviços prestados – Instituto da Segurança Social: 337.998,63 €
- Comparticipações dos utentes: 362.113,15 €
- Donativos: 2.684,99 €
- Subsídios de entidades públicas: 14.391,97 €

Relativamente aos gastos da instituição, destacam-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e custos com matérias consumidas.

Principais gastos em 2025:

- Custos das matérias consumidas: 93.017,43 €
- Fornecimentos e serviços externos: 114.065,86 €
- Gastos com o pessoal: 438.075,50 €
- Depreciações e amortizações: 44.442,93 €
- Outros gastos: 397,17 €

O total de gastos no exercício ascendeu a 689.998,89 €.

Comparativamente com o exercício anterior, verificou-se uma evolução bastante positiva da atividade da instituição.

Os rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados aumentaram 22,46%, passando de 572.223,62 € em 2024 para 700.722,58 € em 2025.

O resultado operacional apresentou uma evolução muito significativa, passando de um resultado negativo de -27.626,83 € em 2024 para um resultado positivo de 47.830,64 € em 2025.

O resultado líquido do exercício de 2025 foi de 52.847,31 €, o que representa uma melhoria de 77.363,55 € relativamente ao ano anterior.

4. Situação Patrimonial

A análise da situação patrimonial da instituição demonstra uma evolução positiva do seu ativo total, que passou de 528.851,64 € em 2024 para 811.655,71 € em 2025, representando um aumento de 53,48%.

O ativo não corrente é composto essencialmente por ativos fixos tangíveis, enquanto o ativo corrente apresenta uma evolução significativa, particularmente na rubrica de caixa e depósitos bancários.

No que respeita ao passivo, verificou-se um aumento moderado, passando de 88.615,28 € em 2024 para 96.590,76 € em 2025.

Os fundos patrimoniais registaram igualmente um crescimento significativo, totalizando 715.064,95 €. Esta evolução reflete não só o resultado líquido positivo alcançado no exercício, como também o reforço da estrutura financeira da instituição, bem como o reconhecimento contabilístico do apoio ao investimento aprovado no âmbito da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no montante de 239.852,70€.

5. Recursos Humanos

No final do exercício de 2025, a instituição contava com um total de 24 colaboradores, comparativamente a 22 colaboradores no final de 2024.

A equipa é composta pelas seguintes categorias profissionais:

- Assistente Social / Diretora Técnica – 1
- Animadora Cultural – 1
- Escriuturária – 1
- Ajudantes de Ação Direta – 12
- Auxiliares de Serviços Gerais – 7

Adicionalmente, a instituição conta com a colaboração de um médico e três enfermeiros, em regime de prestação de serviços.

Os colaboradores participam regularmente em ações de formação, em conformidade com a legislação aplicável e com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

6. Gestão de Riscos e Incertezas

A sustentabilidade financeira da instituição depende, em grande medida, da manutenção de níveis adequados de ocupação nas respostas sociais existentes.

A Direção mantém uma atenção permanente à gestão rigorosa e eficiente dos recursos disponíveis, procurando otimizar os custos sem comprometer a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

7. Acontecimentos Após a Data do Balanço

À data de elaboração do presente relatório, não são conhecidos quaisquer acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2025 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras da instituição.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

Após esta transferência, os resultados transitados passarão a apresentar um saldo credor de 208.684,51 € (duzentos e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos).

9. Perspetivas para o Exercício Seguinte

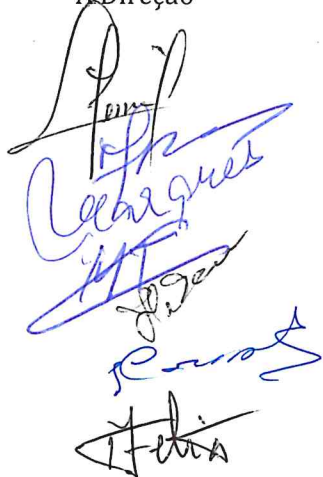
Para o ano de 2026 está previsto um investimento na requalificação energética dos edifícios da instituição.

Este investimento tem como objetivo melhorar a eficiência energética e reduzir os gastos com eletricidade e gasóleo de aquecimento, contribuindo simultaneamente para uma gestão mais sustentável dos recursos.

10. Encerramento

Queiriga, 31 de dezembro de 2025

A Direção

A cluster of five handwritten signatures in blue ink, stacked vertically. The signatures are stylized and cursive. The top signature is the most prominent, followed by four others below it, each appearing to be a different individual's signature.